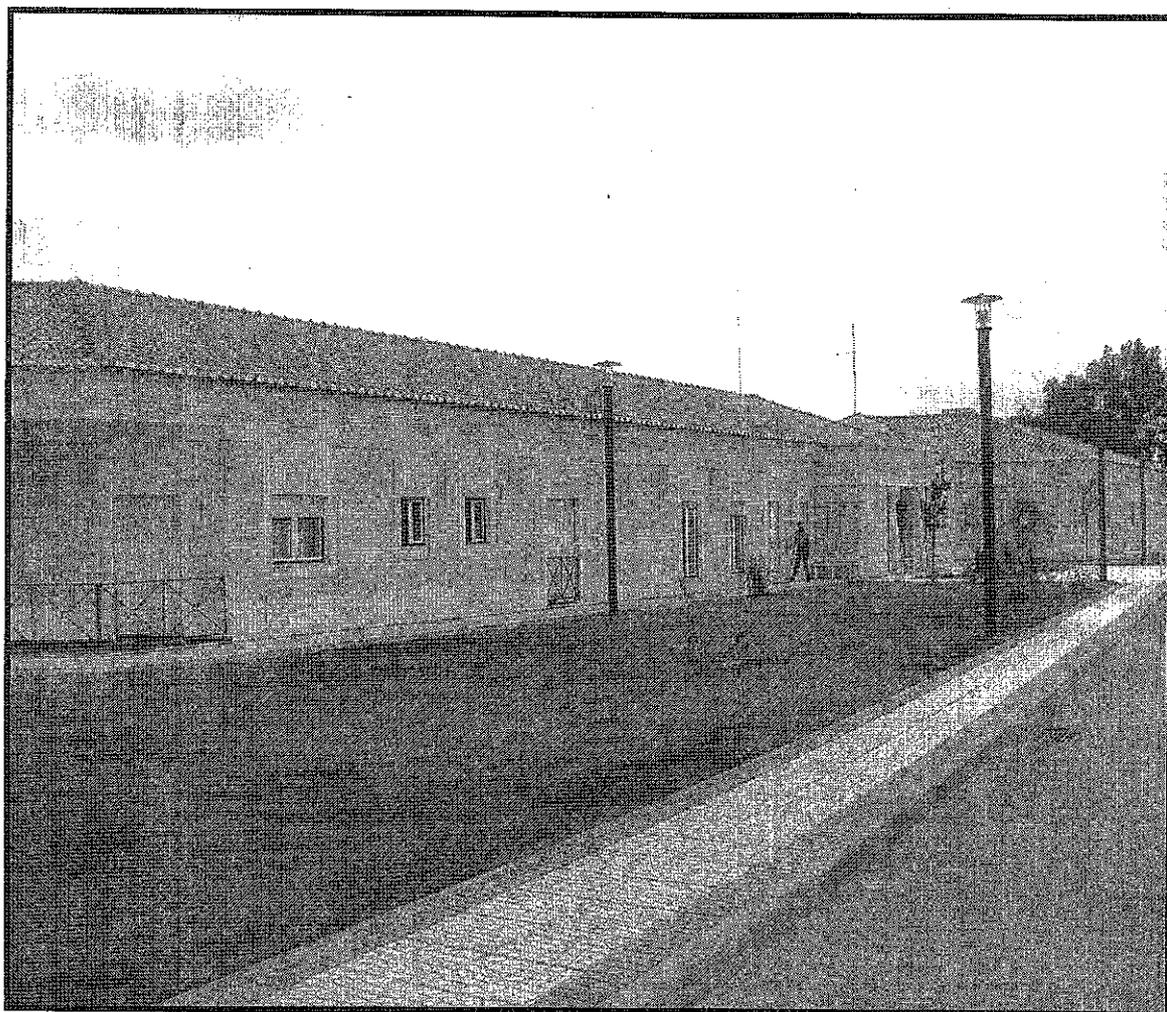


CENTRO SOCIAL ADRIANO ROVISCO DOS
SANTOS

RELATÓRIO E CONTAS 2016



INDICE

Página

• Relatório de Gestão -----	3
• Análise da Situação Económica e Financeira-----	5
• Mapa de Frequências de Utentes por Valência-----	9
• Mapa de Investimentos em Ativo Fixo-----	10
• Endividamento e Disponibilidades-----	11
• Balanço Analítico -----	12
• Demonstração de Resultados -----	13
• Anexo-----	14
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal-----	30



RELATÓRIO E CONTAS DE 2016

Introdução

De acordo com as disposições legais e estatutárias, vem a direcção submeter á apreciação e votação da Assembleia-Geral o Relatório e Contas do exercício de 2016.

Daqueles normativos infere-se um princípio de unidade institucional, conferindo á Direcção um estatuto de representatividade dos restantes Órgãos da Instituição, com excepção do Conselho Fiscal que, atenta a sua função e especificidade, tem a incumbência de relatar a sua missão fiscalizadora e emitir o parecer sobre o relatório e contas elaborado pela Direcção.

Quem assumiu a responsabilidade de gerir, presta contas aos membros da sua gestão, para que assim estes avaliem em que medida os seus interesses foram ou não realizados. Deste modo pretendemos com este documento reflectir a actividade da nossa Instituição, bem como sintetizar alguns aspectos da actuação da mesma durante o exercício de 2016.

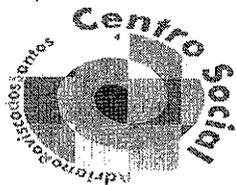
O Centro Social Adriano Rovisco dos Santos é uma Instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos que tem por objetivo contribuir para a promoção social, bem-estar e melhoria da qualidade de vida da população da localidade de Casa Branca, através da prestação de serviços á terceira idade e reformados, com alojamento, alimentação, ocupação, convívio e assistência médica.

Atualmente o Centro Social Adriano Rovisco dos Santos, possui quatro respostas sociais: Centro de Dia, com acordo com o Instituto de Segurança Social para 13 utentes, Apoio Domiciliário com acordo para 17 utentes, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas com acordo para 39 utentes, e Centro de Convívio com acordo com o Instituto de Segurança Social para 26 utentes.

Acresce ainda o acordo para o fornecimento de refeições, através da cantina social, para uma média de 32 refeições.

As maiores dificuldades com que a Instituição se debate estão relacionadas com a falta de verbas necessárias para a execução dos projetos que a Instituição gostaria de concretizar.

No entanto, e apesar das dificuldades, foi dada continuidade á construção das Residências Seniores, financiada através de meios libertos pela Instituição.



Esperamos que em 2017 os apartamentos fiquem concluídos e licenciados, para assim podermos disponibilizar mais este serviço aos utentes que deles pretendam usufruir.

Não obstante a dificuldade que a Instituição tem enfrentado com a construção dos referidos apartamentos, a atividade operacional decorreu com normalidade, não existindo fatos extraordinários dignos de destaque.

Assim, e apesar dos enormes esforços dispendidos para prestar os melhores serviços aos nossos utentes, a Instituição mostrou-se auto-suficiente para suprir as suas necessidades de tesouraria, não tendo recorrido a qualquer financiamento bancário.

O Resultado Líquido deste exercício saldou-se num prejuízo de 25.060,17 (vinte cinco mil e sessenta euros e dezassete cêntimos), que propomos seja transferido para resultados transitados.

O nosso relato é orientado com preocupações de verdade e transparência, sem menosprezar a necessidade de compreensão do que é a vida do dia-a-dia de uma Instituição desta natureza. O que fizemos, fizemo-lo na convicção de que era o melhor quer para os nossos utentes, quer para os nossos colaboradores.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ANÁLISE ECONÓMICA:

Gastos e Perdas

Os gastos totais registados pela Instituição em 2016 totalizaram 586.726,20 €, registando-se assim um aumento percentual de 2,19 % relativamente ao ano anterior, o que se traduz num incremento de gastos no montante de 12.581,13 €.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos teve um acréscimo em 13.765,07 € quando comparado com o anterior período homólogo, parte deste diferencial tem a ver com a rubrica de conservação e reparação, com um aumento de 3.818,11€ gasto em reparações com máquinas da lavandaria e com maquinaria de tratamento de águas.

Por outro lado verificou-se um decréscimo na rubrica de limpeza, higiene e conforto num valor de 4.327,74€, resultante de experiências com várias empresas de produtos de limpeza para verificação de melhores resultados ao melhor preço.

O aumento nos gastos com o pessoal resultam por um lado, do aumento das remunerações ao abrigo da atualização da convenção coletiva de trabalho e demais encargos inerentes, de um estágio profissional e uma contratação ao abrigo do programa CEI+, ambos financiados pelo IEFP, e ainda do aumento anual do encargo com a taxa contributiva para a social única em 0,40%.

A rubrica de Depreciações e Amortizações sofre um decréscimo de 13.107,04 euros, resultante do fato de ter findado em 2015 a vida útil de alguns ativos fixos tangíveis.

A estrutura de “Gastos” detalha-se como segue:

<i>GASTOS</i>	<i>2016</i>		<i>2015</i>		<i>Variação dos Anos</i>
<i>Custo das Merc. Vendidas e Matérias Consumidas</i>					
Generos Alimentares	112.240,07		113.141,33		
Outros	0,00	112.240,07	0,00	113.141,33	-901,26
<i>Fornecimentos e Serviços Externos</i>					
Trabalhos Especializados	7.903,96		6.191,32		1.712,64
Publicidade e propaganda	233,70		0,00		233,70
Honorários	480,20		0,00		480,20
Conservação e Reparação	14.084,39		10.266,28		3.818,11
Comissões Bancárias	127,28		0,00		127,28
Ferramentas e Utensílios	2.747,93		3.956,09		-1.208,16
Material de Escritório	1.788,21		2.129,61		-341,40
Artigos para Oferta	707,12		575,64		131,48
Outros Materiais	581,34		541,71		39,63
Electricidade	30.706,06		23.278,63		7.427,43
Combustíveis Gasoleo	8.523,87		7.348,49		1.175,38
Combustíveis Gas	16.425,67		13.682,68		2.742,99
Água	326,89		224,01		102,88
Deslocações e Estadas	39,70		86,50		-46,80
Rendas e Alugueres	826,40		94,12		732,28
Comunicação	2.369,17		2.818,29		-449,12
Seguros	1.739,82		1.674,53		65,29
Limpeza,Higiene e Conforto	17.181,50		21.509,24		-4.327,74
Outros Serviços	1.634,77		800,38		834,39
Jornais e revistas	1.243,80		1.444,40		-200,60
Rouparia	1.322,22		51,55		1.270,67
Máquina do Café Produtos	1.079,33		799,45		279,88
Trabalhos Manuais	1.706,81		2.542,15		-835,34
		113.780,14		100.015,07	13.765,07
<i>Gastos com o Pessoal</i>					
Remunerações	264.861,80		254.713,13		10.148,67
Encargos sobre Remunerações	56.080,47		53.847,69		2.232,78
Outros Gastos com o Pessoal	1.024,50		744,50		280,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	2.421,11		1.820,42		600,69
		324.387,88		311.125,74	13.262,14
<i>Gastos de Depreciação e Amortização</i>	35.766,96	35.766,96	48.874,00	48.874,00	-13.107,04
<i>Outros Gastos e Perdas</i>					
Outros Gastos e Perdas	551,15		988,93		-437,78
		551,15		988,93	-437,78
<i>Gastos e Perdas de Financiamento</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		586.726,20		574.145,07	12.581,13

Rendimentos e Ganhos

Em termos de rendimentos, verifica-se um acréscimo percentual de 0,29% comparativamente com o ano anterior, tendo esta rubrica totalizado 561.666,03 euros, apresentando assim mais 1.636,70 euros que no exercício de 2015.

Na estrutura de rendimentos as mensalidades de utentes apresentam um acréscimo devido ao acerto de mensalidades de acordo com declarações de rendimento dos utentes, que em alguns casos resultou num aumento de mensalidade.

A rubrica de comparticipações da Segurança Social aumentou comparativamente com o ano anterior no montante de 9.012,01. Este aumento está relacionado com o pagamento por parte da do Instituto da Segurança Social, das vagas reservadas às camas da segurança social.

Os acordos com as respostas sociais de estrutura residencial para idosos, centro de convívio, centro de dia e apoio domiciliário, não sofreram alterações significativas, sendo que a atualização percentual foi idêntica à ocorrida no ano de 2015.

As restantes rubricas de rendimentos apresentam valores normais, não existindo situações extraordinárias a destacar.

Em 31 de Dezembro a estrutura de “Rendimentos e Ganhos” detalha-se da seguinte forma:

RENDIMENTOS	2016		2015		Variação dos Anos
Prestação de Serviços					
Mensalidades de Utentes	243.491,03		239.187,94		4.303,09
Quotas e Joias	5.082,74		6.253,38		-1.170,64
		248.573,77		245.441,32	3.132,45
Subsídios a Exploração					
Centro Regional de Segurança Social	286.701,63		277.689,62		9.012,01
Município de Sousel	1.059,48		386,62		672,86
IEFP	7.697,73		2.309,85		5.387,88
Outras entidades					
Donativos	10.939,50		6.688,84		4.250,66
		306.398,34		287.074,93	21.047,22
Outros Rendimentos e Ganhos					
Rendimentos Suplementares (Festas, máquina do café e descontos p.p)	4.952,27		6.742,50		-1.790,23
Imputação de subsídios ao investimento	15,00		20.557,32		-20.542,32
Outros Rendimentos e Ganhos	1.726,65	6.693,92	0,00	27.299,82	-22.329,71
Juros e Outros Rend. Similares		0,00		213,26	-213,26
TOTAL		561.666,03		560.029,33	1.636,70

Gastos e Perdas	586.726,20
Rendimentos e Ganhos	561.666,03
R.L.E.	-25.060,17

Resultado líquido do período

Meios Livres Líquidos	
R.L.E.	-25.060,17
Subsidio Investimento	15,00
Amortizações	35.766,96
TOTAL	10.691,79

FREQUÊNCIA MÉDIA POR RESPOSTA SOCIAL

Resposta social	Frequência média_2016	Frequência média_2015	Variação_2016_2015
LAR	39	39	0
CENTRO DE DIA	13	13	0
APOIO DOMICILIÁRIO	21	22	-1
CENTRO DE CONVIVIO	26	26	0
CANTINA SOCIAL	32	30	+2
TOTAL	131	100	+1

ACORDOS DE COOPERAÇÃO EM VIGOR A 31/12/2016

Resposta Social	Acordos de cooperação em vigor à data do relato
LAR	39
CENTRO DE DIA	13
APOIO DOMICILIÁRIO	17
CENTRO DE CONVIVIO	26
CANTINA SOCIAL	35
TOTAL	130

ANÁLISE FINANCEIRA:

INVESTIMENTOS

Os investimentos em activo fixo tangível efectuados pela Instituição totalizaram 4.381,95 euros conforme se detalha no quadro seguinte:

Equipamento	Valor de Aquisição
Ar Condicionado Junkers	613,25
Bebedouro Ag.Natural/Fria Chão	423,70
Maquina Lavar Roupa usada Primus	3.345,00
TOTAL	4.381,95

Morada Unifamiliar activo tangível em curso 31/12/2015	Valor de Aquisição
Morada Unifamiliar- 4 apartamentos_T1	158.414,97
Morada Unifamiliar_1Bloco 4 Apartament Mobiliário	27.641,79
TOTAL	186.056,76

Nota: Montante gasto com o investimento nos apartamentos e equipamentos á data de 31/12/2015, após dedução do valor de iva permitido por lei.



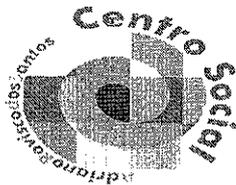
Endividamento e Disponibilidades

ENDIVIDAMENTO

		<u>2016</u>	<u>2015</u>
		Dezembro	Dezembro
Endividamento para o Centro Social			
	Utentes c/c	357,30	0,00
	Município de Sousel Subsídio	0,00	3.810,90
	Sector publico Administrativo iva a reembolsar	4.730,80	6.364,62
	Outros Devedores IEFP Seg Social	2.462,50	2.505,00
	Adiantamentos a fornecedores	4.500,10	4.504,00
		12.050,70	17.184,52
Endividamento do Centro Social			
	Fornecedores c/c	12.832,15	15.776,78
	Fornecedores de imobilizado	15.826,40	17.837,50
	Utentes com adiantamentos	5.425,87	5.756,79
	Sector publico Administrativo	6.662,24	7.337,76
		0,00	0,00
		40.746,66	46.708,83
	SALDO ENDIVIDAMENTO	-28.695,96	-29.524,31

DISPONIBILIDADES

		<u>2016</u>	<u>2015</u>
		Dezembro	Dezembro
11	Caixa	236,41	42,87
12	Deposito á ordem	8.352,79	32.983,41
13	Deposito a Prazo	0,00	0,00
		8.589,20	33.026,28



Demonstrações Financeiras: Balanço Analítico

Centro Social Adriano Rovisco dos Santos
BALANÇO EM 31 De Dezembro de 2016

UNIDADE MONETARIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2.1/5	1 132 634,56	1 132 938,60
Bens do patrimonio histórico e artistico e cultural			
Propriedades de Investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Accionistas/sócios			
		1 132 634,56	1 132 938,60
Activo Corrente			
Inventários	9	3 574,88	3 878,33
Utentes	17.3	357,30	0,00
Adiantamentos a fornecedores		4 500,10	4 504,00
Estados e outros entes públicos	17.10	7 745,86	6 364,62
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	17.4	59 513,30	61 328,63
Diferimentos	17.5	6 256,45	7 142,47
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	17.7	8 589,20	33 026,28
		90 537,09	116 244,33
Total do activo		1 223 171,66	1 249 182,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	74 101,17	74 101,17
Excedentes técnicos			
Reservas			
Outras reservas			
Resultados transitados	17.8	517 804,25	531 919,99
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	565 334,69	561 608,03
		1 157 240,11	1 167 629,19
Resultado liquido do período		25 060,17	14 116,74
Total do fundo social		1 132 179,94	1 153 513,46
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	12 832,15	15 776,78
Adiantamentos de utentes		5 425,87	5 756,79
Estado e outros entes públicos	17.10	7 896,24	7 337,76
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	17.11	64 837,45	66 798,15
Diferimentos			
Outros passivos financeiros			
		90 991,71	95 669,48
Total do passivo		90 991,71	95 669,48
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 223 171,66	1 249 182,93

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O contabilista Certificado

A Direcção



Demonstração de Resultados por Naturezas

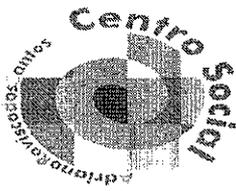
Entidade: Centro Social Adriano Rovisco dos Santos
 DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	10	248 573,77	245 441,32
Subsídios, doações e legados á exploração	17.13	308 122,15	287 074,93
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-112 240,07	-113 141,33
Fornecimentos e serviços externos	17.14	-113 780,14	-100 015,07
Gastos com o pessoal	15	-324 387,88	-311 125,74
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões Específicas (aumentos/reduções)			
Outras Imparidades (perdas/ reversões)			
Outros rendimentos e ganhos	10/17.15	4 970,11	27 299,82
Outros gastos e perdas	17.16	-551,15	-988,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		10 796,79	34 545,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-35 766,96	-48 874,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-25 060,17	-14 329,00
Juros e rendimentos similares obtidos	10/17.17	0,00	213,26
Juros e gastos similares suportados	17.17	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-25 060,17	-14 115,74
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-25 060,17	-14 115,74

O Contabilista Certificado

A Direcção



1 Identificação da Entidade

A “Centro Social Adriano Rovisco dos Santos” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “ Associação” com sede em COURELA DOS PADRES TRAVESSA DAS ROSEIRAS N.º2, 7470-141 Casa Branca. Tem como atividade principal dar assistência e apoio a pessoas idosas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com as estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os momentos recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este Pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

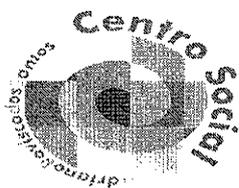
A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.



CENTRO SOCIAL ADRIANO ROVISCO DOS SANTOS

Anexo

31 De Dezembro de 2016

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos

diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.6 Inventários

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	40.638,39					40.638,39
Edifícios e outras construções	1.195.609,06					1.198.035,72
Equipamento básico	226.962,88	5.681,95				232.644,83
Equipamento de transporte	83.663,93					83.663,93
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	137.362,94					137.362,94
Outros Activos fixos tangíveis	68.829,78					68.829,78
Investimentos em Curso	158.702,45	27.641,79	287,48			186.056,76
Total	1.911.769,43	33.323,74	287,48	0,00	0,00	1.947.232,35
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	309.931,41	27.144,59				337.076,00
Equipamento básico	214.663,59	6.382,00				221.045,59
Equipamento de transporte	83.663,93					83.663,93
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	114.248,38	156,02				114.404,40
Outros Activos fixos tangíveis	56.323,52	2.084,35				58.407,87
Total	778.830,83	35.766,96	0,00	0,00	0,00	814.597,79

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015			2016			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.958,07	113.061,59	0,00	3.878,33	111.936,62	0,00	3.574,88
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	3.958,07	113.061,59	0,00	3.878,33	111.936,62	0,00	3.574,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				113.141,33			112.240,07
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Mensalidades de utilizadores	243.491,03	239.187,94
Quotas e jóias	5.082,74	6.253,38
Promoções para captação de recursos	4.952,27	6.742,50
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	10.939,50	6.688,54
Juros	0,00	213,26
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	264.465,54	259.085,62

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foi de 5. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 27 e em 31/12/2016 foi de "28".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	264.861,80	254.713,13
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	56.080,47	53.847,69
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.421,11	1.820,42
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.024,50	744,50
Total	324.387,88	311.125,74

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	357,30	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	357,30	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	54.893,99	54.893,99
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outros Devedores (devedores diversos: 2.156,81; Instituto de segurança social: 2.462,50)	4.619,31	6.434,64
Outras Operações com o Pessoal	0,00	0,00
Total	59.513,30	61.328,63

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	12.832,15	15.776,78
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	12.832,15	15.776,78

As dívidas a fornecedores correspondem a operações correntes da instituição, não existem situações em mora.

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.745,86	6.364,62
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	7.745,86	6.364,62
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.234,00	1.181,00
Segurança Social	6.662,24	6.156,76
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Penhora de Vencimento	0,00	0,00
Total	7.896,24	7.337,76

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos		15.826,40		17.837,50
Credores por acréscimo de gastos		38.511,05		38.460,65
Outros credores		10.500,00		10.500,00
Total	0,00	64.837,45	0,00	66.798,15

17.12 Outros Passivos Financeiros

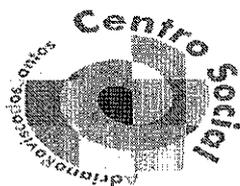
Os "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são os seguintes:

Descrição	2016	2015
	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes púb._Comparticipações Segurança Social	286.701,63	277.689,62
Subsídios do Estado e outros entes púb._Município de Sousel	1.059,48	386,62
Subsídios do Estado e outros entes públicos _IEFP	7.697,73	2.309,85
Subsídios de outras entidades	1.723,81	0,00
Doações e heranças	10.939,50	6.688,84
Legados	0,00	0,00
Total	308.122,15	287.074,93



17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Prémios de Seguro Antecipados	1.416,05	1.859,41
Inventário de Gás	0,00	0,00
Inventário de Produtos de Limpeza	1.240,29	482,90
Pintura do edifício_2012-2019	3.600,11	4.800,16
Clientes c/c		
Total	6.256,45	7.142,47
Rendimentos a Reconhecer		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	236,41	42,87
Depósitos à ordem	8.352,79	32.983,41
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	8.589,20	33.026,28

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	74.101,17	0,00	0,00	74.101,17
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	531.919,99	0,00	*14.115,74	517.804,25
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	561.608,03	3.726,66	0,00	565.334,69
Total	1.167.629,19	3.726,66	14.115,74	1.157.240,11

* Corresponde a aplicação do Resultado Líquido negativo do período de 2015, no montante de 14.115,74.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	22.880,07	17.151,43
Materiais	12.164,77	12.040,60
Energia e fluidos	56.557,71	44.640,36
Deslocações, estadas e transportes	39,70	86,50
Serviços diversos	22.137,89	26.096,18
Total	113.780,14	100.015,07

17.15 Outros rendimentos e ganhos

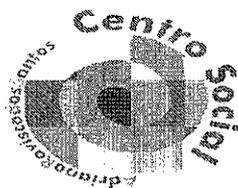
A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	4.674,29	5.582,42
Descontos de pronto pagamento obtidos	277,98	1.160,08
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17,84	20.557,32
Total	4.970,11	27.299,82

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	43,45	43,45
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	507,70	945,48
Total	551,15	702,25



17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	213,26
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	213,26
Resultados Financeiros	0,00	213,26

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Casa Branca, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

A Direção



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar sucinto relatório sobre a atividade fiscalizadora que exercemos no Centro Social Adriano Rovisco dos Santos, com vista a fundamentar o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pela Direção, relativos a 2016.

Assim, no exercício das suas atribuições e competências, o Conselho Fiscal, acompanhou a atividade da Instituição mantendo com a Direção e os Serviços um diálogo permanente com vista ao cabal esclarecimento das atividades, dos documentos de suporte e dos respectivos registos contabilísticos. Por seu lado, os critérios e políticas adotados pela Direção na preparação das Demonstrações Financeiras estão sujeitas às particularidades da Instituição. É nossa opinião que os mesmos estão conforme as disposições legais e técnicas vigentes e sustentam adequadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados por natureza e o respectivo anexo.

É da responsabilidade da Direção a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição e o resultado das suas operações.

Verificamos que não existiu recurso a financiamento externo.

Deste modo aprez-nos dizer que as demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados a Instituição e satisfazem as disposições estatutárias.

Nestes termos somos de

Parecer

- 1. Que sejam aprovados o Relatório, o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas e o Anexo, apresentados pela Direção, relativos ao Exercício de 2016.*
- 2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.*

O Conselho Fiscal

